



Anais da Assembléia

N.º 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1984.
(Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Osvaldo Alencar Furtado e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte. (36). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Trajano Bastos, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado e Wilson Fortes. (21). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nilso Sguarezi. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 239/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas até o final do exercício, com o PASEP, alterando o orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado das Finanças.

Os recursos necessários à abertura do presente crédito, são oriundos do Tesouro Geral do Estado, segundo o que preceitua o parágrafo 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 338/84

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros) no vigente orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado das Finanças, destinado a cobrir despesas com contribuições para formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

Art. 2º — Servirão como abertura para o crédito de que trata o artigo anterior recursos do Tesouro Geral do Estado, conforme estabelecido no § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 240/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Mitra Diocesana de Paranaguá, uma área de 753,00m², parte de área maior, situada à Rua Marechal Deodoro, na cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme parte da transcrição n.º 116, do Livro 3—A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul.

Adoação de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que o imóvel em causa será utilizado tão somente para fins assistenciais e comunitários. Em razão da destinação certa a ser dada ao imóvel, o anteprojeto contém dispositivo expresso para tal, determinado a inclusão, na respectiva escritura, de cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, bem como de reversão ao patrimônio do Estado, caso haja destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 339/84

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Mitra Diocesana de Paranaguá uma área de terreno com 753,00 m², parte de área maior, situada à Rua Marechal Deodoro, na cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição

n.º 116, Livro -A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul.

Art. 2.º - O imóvel objeto de doação de que trata o artigo fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e somente poderá ser utilizado para fins assistenciais, sob pena de reversão de patrimônio do Estado do Paraná, independentemente de qualquer interpelação ou notificação, condições que constarão da respectiva escritura.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 241/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 43/84, celebrado em 14 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Mandirituba, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 242/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 061/GM/83, celebrado em 20 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a preparação do Subprojeto Aglomerado Urbano - Londrina/Maringá e do Projeto Especial de Cidades de Porte Médio.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 243/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,

para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do terceiro termo aditivo datado de 16 de junho de 1983, ao Convênio n.º 81/80, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, o Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A e o Município de Guaíra, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 244/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SAREM/N.º 60/83, celebrado em 18 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministério das Minas e Energias, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, visando a implementação do Modelo Energético Estadual.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 245/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 71/83, celebrado em 06 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 246/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Ajuste celebrado em 19 de dezembro de 1983 ao Protocolo de Intenções firmado em 26 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, objetivando a conjugação de esforços no plano técnico e financeiro, para o desenvolvimento da III etapa do Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 248/84

Curitiba, 22 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento vigente da Fundação Teatro Guaíra - FTG, pela transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros) da fonte de receita 81 - Convênio com Órgãos Federais, para a fonte 40 - Diretamente Arrecadada.

A solicitação em tela tem por objetivo adequar o orçamento de despesa da Fundação Teatro Guaíra às receitas efetivamente arrecadadas, uma vez que os recursos de convênio com Órgãos Federais previstos não ingressaram e há um excesso de outras receitas realizadas pela entidade.

Certo de poder contar com a deferência desta Egrégia Assembléia Legislativa, reafirmo meus protestos de alta estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 340/84

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros) da fonte de receita 81 - Convênios com Órgãos Federais, para fonte 40 - Diretamente Arrecadado, alterando o orçamento da Fundação Teatro Guaíra - FTG, no que se refere a despesas de capital do projeto orçamentário 1.815 - Centenário do Teatro Guaíra.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 249/84

Curitiba, 22 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais anteprojeto de lei que altera o Orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos para despesas com

serviços de terceiros e encargos insuficientemente dotados, na forma a seguir especificada: dotação 6000.08482472.845 - subelemento 3.1.3.2.

Os recursos para cobertura da alteração supramencionada são provenientes da própria entidade, conforme preceitua o § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios dessa Colenda Casa, reafirmo a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 338/84

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no orçamento atual da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros) destinados a atender despesas com serviços de terceiros e encargos.

Art. 2º - Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, recursos da própria entidade, conforme disposto no § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 250/84

Curitiba, 29 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera os percentuais relativos aos limites para abertura de créditos adicionais para a administração direta e indireta fixados na Lei nº 7.772, de 13 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1984, de 15% para 30%.

Tal alteração se faz necessária à administração orçamentária para o encerramento financeiro do exercício de 1984, tendo em vista que os limites de 15% fixados se encontram praticamente esgotados. Além do mais justifica-se a necessidade de tal alteração, em consequência principalmente pela diferença entre os índices com que foram projetados o orçamento para 1984 e os que na realidade têm ocorrido neste exercício.

Certo de poder contar com a atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 336/84

Art. 1º - Para atender os ajustamentos orçamentários necessários ao encerramento do exercício financeiro de 1984, os percentuais estabelecidos no § 2º, do art. 5º e no art. 8º da Lei nº 7.772, de 13 de dezembro de 1983, ficam fixados em 30% (trinta por cento).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

À Diretoria Legislativa.

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/153 e 155/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os seguintes Projetos de Lei:

199/84 - Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao § Único do Art. 2.º da Lei n.º 7711 de 15/06/83, conforme especifica. (Pelo exercício das funções de que trata o "CAPUT" deste artigo, o Vice-Governador não perceberá qualquer espécie de remuneração, assegurado entretanto o direito de opção, exceto cargos de órgãos de deliberação coletiva), o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.931. **Anote-se - Arquite-se.**

176/84 - Do Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE RIBEIRÃO DO PINHAL", com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.933. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro a DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL dos Projetos n.ºs:

276/84 - De autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 211/84) que dispõe sobre enquadramento, mediante opção no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal e dá outras providências.

308/84 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que concede os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquiteto LUIZ FORTE NETTO.

143/84 - De autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos Municípios, conforme especifica.

158/84 - Que aprova Convênio celebrado em 28/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com intervenção da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.

159/84 - Que aprova Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

160/84 - Que aprova Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS".

161/84 - Que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 29/06/84, através da Secretaria

do Planejamento e o Município de Ponta Grossa, objetivando aplicação de recursos financeiros, vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA", no referido Município.

164/84 - Que aprova 6.º Termo Aditivo de 13/06/84, ao Convênio de 04/02/80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Câncer Céptico no Estado do Paraná.

165/84 - Que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido Município.

166/84 - Que aprova Convênio celebrado em 06/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando execução de atividades de combate e erradicação da febre aftosa no Estado.

167/8167/84 - Que aprova 1.ºs Termos Aditivos de Convênio de 18/07/84, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.

168/84 - Que aprova Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana nos Municípios signatários.

169/84 - Que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e o Município de Santo Antônio do Paraíso, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

170/84 - Que aprova Convênio celebrado em 13/07/84 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando execução de obras de controle da erosão no referido Município.

171/84 - Que aprova Termo Aditivo de 23/04/84, ao Convênio, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário do Departamento de Águas e Energia e a PORTOBRÁS, com objetivos que especifica.

172/84 - Que aprova Convenções celebradas entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos".

173/84 - Que aprova 5.º Termo Aditivo de 11/06/84, Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários.

174/84 - Que aprova Convenções celebradas entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC e os Municípios

que específica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja dado PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para os Projetos de Lei n.º 281, 308, 331 e 334, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor NAZEM BUFREM, deixando viúva Senhora SANITA BUFREM e os seguintes filhos: Alfredo, Selenna e Nazem Bufrem Junior, ocorrido sábado nesta Capital.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, residentes à Rua: Heitor Valente, 238, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Sociedade Rural do Oeste do Paraná, congratulando-se pela celebração da V Exposição Agropecuária e Industrial de Cascavel, dias 04 a 09 de dezembro, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Os dirigentes da Sociedade Rural do Oeste do Paraná estão criando um novo e propício clima para o desenvolvimento da agricultura, indústria e agropecuária no Oeste Paranaense com a realização de exposições feiras que, a cada ano, dimensionam a pujança do setor agropastoril naquela região.

O Parque de Exposição CELSO GARCIA CID é uma obra modelo no gênero e presta uma justa e merecida homenagem a um homem que, acima de ser pioneiro, é símbolo de fé, do trabalho e da vida consagrada ao desenvolvimento do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a Consignação na ata da presente sessão plenária, votos de congratulações à ACOPA - Associação Centro Oeste de Proteção Ambiental, pela eleição de sua nova diretoria, localizada na Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente

encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente daquela entidade, Alfredo Schereiner Filho.

No salão nobre de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores, no último sábado, dia 1.º, contando com a presença das mais expressivas lideranças da coletividade mouraçense, foi realizada uma reunião cujos os propósitos eram de discutir as mais diversas questões que dizem respeito ao meio-ambiente e à ação do homem, especialmente.

Outra finalidade daquela reunião foi a de eleger uma nova diretoria com o objetivo principal de, primeiramente reestruturar a própria entidade, tendo em vista que a mesma, logo depois de criada, em função do desinteresse de grande parte dos seus fundadores, foi abandonada por completo.

Sem dúvida alguma que a reativação da ACOPA - Associação Centro Oeste de Proteção Ambiental, agora com a composição de sua diretoria, que reúne as mais destacadas lideranças que integram os vários segmentos sociais, tem um papel dos mais importantes para toda a região. Pois a atual situação ambiental deste vasto rincão exige de todos, uma tomada de consciência no sentido da preservação e recuperação ambiental.

Não poderia, portanto, deixar de solicitar a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão plenária, voto de congratulações à ACOPA, assim como que seja constada a relação dos integrantes da diretoria eleita, assim constituída:

Presidente: Alfredo Schereiner Filho (agricultor);

Vice-Presidente: Oliveira Pereira Lopes (representante da COPEL);

Secretário Geral: José Turozi (representando a ACARPA de Campo Mourão);

1.ª Secretária: Irene Brzezinski (representando a CAMCASA);

Tesoureiro Geral: Armando Bronzel (representante do Lions Clube);

1.º Tesoureiro: Paulo Yamada (representante da Feira do Produtor);

Conselho Fiscal:

Eloy Maciel (representando os contabilistas);

Ephigênio José Carneiro (representante da Câmara Municipal de Veradores);

Conselho Deliberativo:

Ademir de Oliveira Bueno e José Ferreira (ambos da Associação de Moradores do Jardim Modelo);

Valmor Baratto (representante da Associação dos Veterinários);

Dirceu Jacob de Souza (representante da ACIPACAM);

Joaquim Mariano Costa (representando a Associação dos Engenheiros Agrônomos);

Dirce Wanderbrook (representando o 6.º Núcleo Regional de Ensino);

Egmar Brunetta (representando a SUREHMA);

Lotário Wélter (representante da Paróquia de Iretama e padre).

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Suas

Excelências o Governador do Estado e Secretário de Estado da Cultura e Esporte, expediente consubstanciado em solicitação para que no concurso a ser realizado para o preenchimento de vagas na Biblioteca Pública do Paraná, sejam levados em consideração na contagem de pontos dos candidatos, o estágio probatório realizado junto à Biblioteca Pública; bem como o tempo de duração do estágio, e o aproveitamento e desempenho durante este período de treinamento.

Tal solicitação se faz tendo em vista a existência de um grupo de estagiários, que há quase três anos vem prestando serviços dos mais proveitosos para a sua avaliação sejam levadas em consideração essa experiência já adquirida e em prol daquela própria Biblioteca.

Os dois abaixo-assinados que encaminhamos anexo, e dirigidos a Senhora Diretora da Biblioteca Pública do Paraná, Bibliotecária Maria Eugênia Chedid, bem esclarece o interesse do pessoal daquele órgão no aproveitamento dos estagiários para os serviços da Biblioteca Pública.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que seja liberado recurso financeiro para pagamento dos funcionários públicos da Municipalidade de Mamborê.

Ao assumir a chefia da Administração Municipal de Mamborê, o seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, deparou com um sério problema, em decorrência especialmente das ações de seu antecessor. Tal situação refere-se à questão dos salários pagos ao conjunto dos servidores daquele Paço Municipal, que, primeiramente detectou-se diversas injustiças, pois os integrantes da classe não percebiam remunerações justas e nos dias previamente determinados, existindo uma séria de atrasos que eram frequentes.

Ciente da responsabilidade, o Prefeito Municipal de Mamborê adotou como meta prioritária, corrigir tais distorções com relação aos serviços públicos.

Atualmente, a situação está extremamente diferente, já que se regularizou a estrutura funcional daquela administração.

No entanto, por outro lado, a Prefeitura de Mamborê mesmo assim tem carregado parcela significativa de recursos somente para o pagamento dos salários a funcionários.

Neste sentido, em face do término do ano que se aproxima, Mamborê terá que pagar, de acordo com as leis trabalhistas, o 13º salário, cujo cumprimento de tal obrigação só será em parte possível, se houver, por parte do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apoio financeiro para tal.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado

ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo-lhe providências junto à EMOPAR, no sentido de que sejam realizadas reformas no prédio da Delegacia de Polícia de Capanema, com a maior urgência possível, dando-se ciência deste requerimento à Câmara Municipal e ao Delegado de Polícia daquele Município.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme informações que nos chegam através do Delegado de Polícia local, o prédio da Delegacia de Capanema encontra-se em precaríssimo estado, não só quanto à parte de alvenaria, como também quanto às partes hidráulicas e elétrica, sem falar no telhado de zinco, totalmente danificado.

Considerando que já por diversas vezes foi procedido levantamento para a reforma solicitada, sem que se chegasse à fase de execução, fazemos este apelo à Secretaria de Segurança, na certeza de merecer a sua pronta atenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, DD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando as providências necessárias no sentido de que seja construído, com a máxima brevidade, um prédio próprio para abrigar a Agência de Rendas do Município de Ampère.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Constituindo-se em um dos mais antigos municípios do Sudoeste paranaense, Ampère é o único que ainda não possui prédio próprio para abrigar sua agência de rendas.

Outrossim, existe enorme dificuldade de adaptação da agência de rendas em prédios alugados, construídos para finalidades diversas, o que nos leva a crer nas providências imediatas de parte da Secretaria das Finanças, no sentido de atender esta justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, objetivando a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados no pagamento dos honorários percebidos pelo funcionalismo público da Municipalidade de Roncador.

Para que o pagamento dos salários dos funcionários públicos da Municipalidade de Roncador, referentes ao décimo terceiro, a serem efetuados, é indispensável a participação financeira do Governo Estadual.

Pois, a situação financeira, ante a ausência

de recursos, da Administração Municipal de Roncador, não tem permitido que até mesmo diversas obras fossem levadas a efeito.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, é de se esperar que a reivindicação ora postulada, mereça a necessária e indispensável atenção, assim como a sua concretização.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, objetivando a destinação de recursos orçamentários para o pagamento dos servidores públicos da Municipalidade de Nova Cantu.

A participação do Governador do Estado é indispensável no que diz respeito a liberação de recursos financeiros, o mais breve possível, que serão aplicados no pagamento do 13.º salário aos servidores públicos da Administração Municipal de Nova Cantu.

A situação da Prefeitura daquela cidade, em que pese todos os esforços do Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira, Chefe do Executivo, de ausência de uma estrutura tributária que assegure independência aos Municípios, os mesmos, como Nova Cantu, enfrentam várias dificuldades, com relação ao próprio cumprimento com as obrigações trabalhistas dos seus funcionários.

Neste sentido, espera-se do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, o necessário auxílio para Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que haja a destinação de verbas para o pagamento dos servidores públicos da Municipalidade de Moreira Sales.

O presente requerimento se faz necessário sua apresentação, diante da preocupação manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor Aldenizio dos Santos Maia, que se vê praticamente impossibilitado de garantir o pagamento do 13.º salário ao conjunto dos funcionários daquela administração.

Tal realidade se verifica tendo em vista a grave situação por que passa o País, cujas consequências fazem-se sentir muito acentuadamente junto aos municípios brasileiros, como o de Moreira Sales, que não dispõe de estrutura orçamentária capaz de proporcionar a execução de trabalhos que visem o atendimento dos verdadeiros interesses manifestados pelas suas populações.

Neste sentido, torna-se imprescindível que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

José Richa, determine, o mais breve possível, a liberação de recursos orçamentários que sejam suficientes para o cumprimento das referidas obrigações salariais para com o funcionalismo público de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Senhores Doutor José Richa, DD. Governador do Estado, Doutor Josaphat Porto Lona Cleto, DD. Procurador Geral da Justiça e Doutor Mauro Maranhão, DD. Procurador Geral do Estado, solicitando para que esta Assembléia Legislativa seja mantida devidamente informada, com relação ao andamento dos processos da CPI que investiga possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, enviados àqueles órgãos.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no intuito da liberação de verbas para o pagamento do décimo terceiro salário dos funcionários públicos da Municipalidade de Quinta do Sol.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista as dificuldades financeiras vivenciadas pela Prefeitura Municipal de Quinta do Sol. Tal situação decorre fundamentalmente da ausência de uma legislação tributária que assegure as municipalidades brasileiras maiores parcelas em tais tributos, assegurando ainda às mesmas, e, acima de tudo, a sua própria autonomia.

Quinta do Sol, atualmente passa por alguns problemas, como a insuficiência de dotação orçamentária que permita o tranqüilo pagamento dos vencimentos à classe funcional, especialmente no que tange ao décimo terceiro salário.

Neste sentido, torna-se de capital importância que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado determine a imediata liberação de verbas que sejam capazes de assegurar o pagamento das citadas obrigações para com os servidores públicos da Administração Municipal de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Suas Excelências o Senhor Governador do Estado, a Senhora Secretária da Educação e ao Colendo Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, expediente consubstanciado em solicitação para que seja oficializado o ensino da língua espanhola

na rede e ensino estadual do 2.º grau, nas mesmas condições que vem sendo estabelecidas para a língua inglesa.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é aqui apresentada, tendo em vista que a língua espanhola favorece ao aprendizado da nossa população com inúmeras vantagens para os estudantes, tais como: a grande semelhança da língua espanhola com a língua portuguesa, face às origens de ambas do latim; ser a língua espanhola uma das mais faladas no mundo atual; estar o Brasil rodeado de países de língua espanhola, o que virá favorecer ainda mais uma perfeita integração brasileira junto à comunidade latino-americana; existência da bibliografia técnica e pedagógica das mais vastas no mundo atual em língua espanhola; aprendizado da língua espanhola ser menos oneroso e ter um rápido processo na sua assimilação por parte do estudante, o qual em menos de 3 anos e sem necessitar de qualquer outro meio auxiliar da escola, estar dominando mais uma língua.

Essas e outras inúmeras vantagens, são as razões: para que seja revisto o curriculum das escolas da rede estadual de ensino de 2.º grau do Paraná, e oficializada a língua espanhola, a exemplo do que já vem sendo adotado por outros estados da Federação Brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, no sentido da realização de estudos objetivando avaliar as reais possibilidades da liberação de vinte canais telefônicos para o Distrito de Bourbonia, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O conjunto da população daquele progressista Distrito tem manifestado a sua posição quanto à necessidade que essa TELEPAR, juntamente com a Secretaria de Estado do Interior, determinem a autorização para a implantação de novos canais telefônicos, pelo menos vinte.

Sem dúvida que se trata de uma reivindicação extremamente justa, tendo em vista que, nos últimos anos, tem se verificado em Bourbonia, um significativo crescimento em termos de surgimento de novas residências ou casas comerciais, onde os seus proprietários necessitam da instalação de aparelhos telefônicos.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito de que seja estudada a possibilidade da implantação do 2.º Grau na Escola Estadual de Corumbataí do Sul, localizada no Distrito de mesmo

nome, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jair Cândido de Almeida, lideranças das mais expressivas da coletividade daquele progressista Distrito Administrativo, este afirma ser de fundamental importância a criação e instalação do ensino a nível de 2.º Grau na Escola Estadual de Corumbataí do Sul. Pois, segundo também os reclamos da comunidade educacional, a implantação de tal benefício para o setor, virá, quanto efetivamente concretizado, por fim a uma série de transtornos atualmente vivenciados em face da ausência de tal nível.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação o desenvolvimento de estudos que tenham como objetivos analisar, o mais urgente possível as verdadeiras condições ao que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando reiterar pedido do asfaltamento da estrada que liga à Municipalidade de Juranda até a Municipalidade de Goioerê:

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Diemes Amadei, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Veradores, João Calixto Neto e o Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Jair Grigato, que também é Vereador, estas eminentes lideranças políticas, conjuntamente têm reiterado, por diversas vezes, a necessidade de que essa Secretaria de Estado dos Transportes avalie as reais possibilidades de determinar a pavimentação asfáltica entre Juranda à Goioerê.

Fora de qualquer dúvida que, quando efetivamente concretizada, a ligação entre Juranda e Goioerê permitirá primeiramente a ligação entre duas importantes regiões, e segundo por que servirá como canal de escoamento de toda a produção de grãos, sendo que tais riquezas, representam a sustentação sócio-econômica de ambos os municípios, que passariam a ser transportadas de forma mais segura e rápida.

Ademais, o asfaltamento daquela estrada é uma reivindicação que há muito é feita também pela população, já tendo sido motivo para a apresentação de um requerimento datado do dia 26 de abril do ano passado, de autoria do Deputado que abaixo subscreve.

É de capital importância o atendimento da reivindicação ora apresentada, em face do seu inquestionável interesse especialmente para o setor rodoviário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que seja destinado recurso financeiro a ser aplicado no pagamento dos honorários do funcionalismo público da Municipalidade de Peabiru.

Tendo em vista o término do ano, a Prefeitura Municipal de Peabiru vive um problema considerado comum entre as demais de praticamente todo o País. Trata-se do pagamento do décimo terceiro salário dos servidores. Pois é sabido que a folha de pagamento daquela administração peabiruiense consome significativa parcela de recursos, o que, por muitas vezes, tem comprometido a realização de obras de caráter prioritário junto à comunidade.

Ademais, para que a Prefeitura Municipal da cidade de Peabiru possa, efetivamente, garantir o pagamento normal das mencionadas obrigações salariais, é imprescindível que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado determine a imediata liberação de verbas para tal finalidade, contribuindo sobretudo para um certo alívio ao Município, ante aos numerosos encargos que possui.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o inteiro teor da Carta Rescisória de Contrato firmado pelo Professor Ruy Christovam Wachowicz, dirigida ao Conselho de Administração da Fundepar, tendo em vista que a referida atitude demonstra o elevado caráter e firmeza do eminente e destacado Professor Universitário, em face das aleivosias que estão sendo assacadas sobre o assunto.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Professor Ruy Christovam Wachowicz.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 203/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Relatório Final em anexo e os Relatórios Parciais da Comissão Pare Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades administrativas ocorridas no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ROBERTO REQUIÃO, PAULO FURIATTI, MÁRCIO ALMEIDA, ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 348/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Grande Oriente do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O Grande Oriente do Paraná, fundado em 09 de fevereiro de 1952, com foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, Potência Maçônica Regular, Pessoa Jurídica registrada no Cartório de Títulos e Documentos, 1.º Ofício, sob o n.º 3968 — Livro AZ, em 06.08.75, com CGC 76.621.424-0001, é uma instituição filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade.

É pois, um sistema de uma escola, não só de Moral como de Filosofia Social, orientando seus adeptos ao cumprimento dos mais elevados deveres do homem, cidadão e patriota.

Tendo como fim supremo a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, combatendo o absolutismo, mas exaltando os Governos Democráticos, condenando a exploração do homem, bem como os privilégios, mas enaltece o mérito da inteligência e da virtude, a Maçonaria, também nos momentos de nossa história se diz presente.

No campo cultural, o Grande Oriente do Paraná, no último ano realizou: 06 Encontros Regionais, em Ibiti, Mandaguari, Maringá, Londrina, Cianorte e Paranavaí, objetivando a discussão de problemas que afligem o Paraná em particular e o Brasil em geral no campo econômico, social e político, além de aspectos ligados à Ordem.

De 12 a 14 de outubro último, patrocinou o VII Congresso Maçônico Paranaense em Curitiba, com uma presença maciça de membros da Ordem Maçônica e discussão de assuntos relevantes como a Maçonaria e a Educação, a Maçonaria e a Solução dos Problemas Comunitários entre outros.

No campo da beneficência, o Grande Oriente do Paraná mantém entre outras obras, a Mútua Maçônica Paranaense que em 1983 pagou 16 pecúlios.

Assim sendo, esperamos portanto, que o presente projeto seja aprovado pela unanimidade dos meus Pares nesta Casa, pois estaremos prestando um benefício a uma entidade cuja finalidade é fazer o bem.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito. (Declina). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito. (Declina). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem coisas que na realidade só a história registra, que, na realidade, só a história pode nos

provar e contar. Há dias atrás, o Deputado do PMDB, Deputado Fiori Luiz, ocupou a tribuna desta Casa, demonstrando uma autenticidade muito grande para com as suas ideologias, para com os seus ideais, para com as suas pregações feitas em campanhas há anos e anos como vem pregando a Oposição. A História, há uma semana atrás aproximadamente, registrou um fato inédito, um fato em que eu, como político, nunca iria presenciar e tive a oportunidade não só eu, como todos os brasileiros, como todos os paranaenses tiveram a oportunidade de assistir na semana passada, pelos canais da Rede Globo de Televisão, no horário considerado mais nobre deste País, que é o horário do Jornal Nacional, a grande Oposição paranaense, o homem que subiu aos palanques, criticando os 20 anos de ditadura, criticando os 20 anos de arbítrio, foi com surpresa, Sr. Presidente, foi com surpresa, Srs. Deputados, e tivemos oportunidade de ver, no Jornal Nacional, o Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, na saída do Palácio do Alvorada, na Capital Federal do País, tecer inúmeros elogios ao Presidente João Batista Figueiredo. Pasmem, Senhores, foi com surpresa que ouvi o Governador José Richa dizer no horário mais nobre da televisão paranaense, que iria convocar a todos paranaenses, para um ato público de agradecimento ao Presidente João Batista Figueiredo pelos benefícios que ele tem feito ao Estado do Paraná.

É de se estranhar, é até de se lamentar que a Oposição do PMDB, liderada pelo Governador José Richa, vir no horário mais nobre da televisão brasileira, dizer que o Presidente João Batista Figueiredo é o melhor Presidente que este País já teve, é o Presidente que o Paraná deverá ir em praça pública, render-lhe homenagens. Pasmem, Senhores, bem diz o Deputado Fiori Luiz, "acabeça do povo brasileiro já não tem o que pensar". E eu sou parte deste povo e procuro pensar, procuro analisar e até agora, Srs. Deputados, não consegui chegar a um denominador comum deste convite do Governador José Richa ao Presidente Figueiredo. Concedo aparte ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Permita-me Vossa Excelência que eu discorde do conceito que Vossa Excelência está fazendo do Governador José Richa. Acho que ele é um homem grato, ele é um homem que não esquece os benefícios recebidos. Porque graças à indiferença, graças à má administração, graças aos escândalos financeiros, graças à corrupção que grassou neste País, principalmente no período do Governo Figueiredo, é que o Sr. José Richa ganhou as eleições do 82. O PDS no Paraná foi uma vítima do ódio que a Nação inteira devota ao atual Governo da República. E foi graças a este ódio é que o Sr. José Richa, hoje, é Governador do Paraná.

Acho que ele é um homem gratíssimo, é um homem de bom coração. Discordo de Vossa Excelência. Está no instante dele prestar homenagem ao Presidente Figueiredo, senão for a esse Presidente — um mal Presidente, talvez o pior da história deste País — jamais o PMDB estaria no Governo.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço aparte do Deputado Erondy Silvério e começo, com isso, no debate do Plenário desta Casa, a reunir idéias para que eu cheque a esse denominador comum. Diz o Deputado Erondy Silvério com muita razão, que o

maior cabo eleitoral do Sr. José Richa foi o Presidente João Baptista Figueiredo e eu, também, concordo com este pensamento. Com aparte o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência queria aduzir, apenas, palidamente, ao Presidente Figueiredo, a grande honra que ele teve do Banco de Crédito Cooperativo: do Sr. Amaury Stáble, de Nestor Iost e do "porquinho", Ministro do Planejamento, Delfim Neto. São os coveiros do País onde Delfim Neto se arvora a querer ficar na Liderança do PDS, um espúrio homem entre os que roubaram e assaltaram a Nação. E é por isso que o Deputado Erondy Silvério tem razão: em gênero, número e causa. Porque, se não fora esses homens, nossos trabalhos pelo bem-estar de nossa terra e de nossa gente, teriam tido outros frutos. Não os frutos do repúdio da ação brasileira.

O rombo que fizeram no Banco Cooperativo com acesso de todos os Ministros, inclusive do "porquinho gordo" que é Delfim Neto, que hoje, com Aureliano Chaves, o tromadinha que tem cara de trombadinha, está procurando intimidar o PDS. E nós, Deputado Jorge Maia, agradecemos o seu aparte e havemos de dizer para o Brasil e para o Paraná — que a nossa trincheira é dentro do nosso Partido, dentro do ideal dos que não se entregam e dos que não roubam. Junto com Paulo Maluf, havemos de demonstrar para o Presidente Figueiredo que ele teve a inépcia, que ele teve a vontade de aparecer na história, mas na história dos omissos, na história dos homens que querem uma abertura para os adversários e o fechamento para os companheiros. Que bons ventos o levem quando em 15 de março ele deixar a Presidência da República. Que bons ventos, Deputado Jorge Maia, o levem, porque o Presidente Figueiredo só tinha a sanha de aparecer perante a Nação.

Como pode um homem desses ser comparado com Juscelino Kubitschek, com Getúlio Vargas e com Leonel Brizola. Um homem que não tem atitude, que fala hoje uma coisa e amanhã fala outra. Ele que fique com os marchezans, com os traidores e nós ficaremos com o povo.

Ele que fique com as polícias que prendem alunos, ele que fique com as polícias que prendem alunos. Eles que fiquem com a Polícia que prende anciãs de 74 anos. Nós ficamos com o povo. Ele que fique com os traidores do PDS, porque haveremos de demonstrar que Figueiredo foi a tradição ao povo brasileiro, acobertado pela falsa vontade de abertura. Ele só traiu. Traiu os companheiros. "Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta". E Figueiredo é um covarde. É um Presidente covarde. Se for preciso pagar a sanção, eu pago, porque ele diz hoje uma coisa e amanhã o Sr. Carlos Átila desmente. Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado.

Continuando dentro do raciocínio do discurso do Deputado Fiori Luiz, de que a cabeça do povo já não tem para onde ir, já não tem mais o que pensar sobre a política atual, faço questão de vir hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando o momento é histórico, quando o momento, em todos os meios de Comunicação, toma um clima de pessimismo em torno da candidatura do candidato da "Situação", Paulo Mant, que vir reafirmar que continuo sendo partidário

deste homem que está provando ao País o seu grande valor democrático. Tem disputado todas as convenções partidárias. Todas em que participou, foram justamente contra o arbítrio; foram justamente contra o AI-5; foram justamente contra o ex-Presidente Ernesto Geisel; como foi agora contra o Presidente João Baptista Figueiredo.

Quero, em poucas palavras, tentar resumir e provar que candidato de Oposição neste País, candidato contra a ditadura militar, candidato contra o arbítrio, hoje é apenas o Sr. Paulo Maluf. Convido os Srs...

OSr. Nelson Buffara — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Após terminar o meu raciocínio, nobre Deputado.

... a tentar acompanhar o meu pensamento.

Paulo Maluf foi candidato a Governo do Estado de São Paulo contra as forças arbitrárias do AI-5, de Ernesto Geisel, de Armando Falcão, de Olavo Setubal e de Laudo Natel. E ganhou a convenção. Paulo Maluf, na formação do Diretório do PDS de São Paulo, lutou contra esta mesma equipe que acompanha os vinte anos da Revolução. E ganhou a convenção!

Tento fazer com os Srs. Deputados, um retrospecto do que é hoje a campanha de Tancredo Neves que a imprensa tem conseguido transformar em um menino traquinas, em um homem de conciliação nacional, quando tem como candidato a Vice-Presidente um homem que afundou o PDS, um homem que derrotou as eleições diretas deste País, um homem que é o maior latifundiário do Estado do Maranhão, que é o Sr. José Sarney.

Relembro aos Srs. Deputados, que se pegarmos do Sul do País, ao Nordeste destes rincões e fizermos uma análise fria e calculista, veremos que a Oposição não é só o PDS expurgado neste momento, mas somos nós partidários de Paulo Maluf. Vemos, por exemplo, no Rio Grande do Sul, quem engrossa e toma desta candidatura? É justamente o Governador Jair Soares há 20 anos no poder. É justamente o Sr. Nelson Marchesan há 20 anos no poder. É exatamente o Sr. Carlos Ciarelli há 20 anos no poder. Sem esquecermos de que Jair Soares usou da máquina governamental da Previdência Social para eleger-se Governador daquele Estado.

Subindo, deparamos em Santa Catarina onde tivemos a renovação do Sr. Espiridião Amim e quem toma conta da candidatura de Tancredo Neves, é justamente o Senador Jorge Bornhausen que há 20 anos está naquele Estado.

Passamos pelo nosso Estado onde com surpresa vemos o Governador José Richa chamar o Presidente Figueiredo de "o melhor Presidente do País".

Quem também apoia a candidatura de Tancredo Neves é o Sr. Ney Braga, o Sr. Norton Macedo, também há 20 anos no poder.

Vamos a São Paulo, onde temos Laudo Natel, Olavo Setubal, Ermírio de Moraes, os banqueiros que estão espoliando o povo brasileiro, também os adeptos da candidatura Tancredo Neves.

Vamos a Minas Gerais, onde temos o Sr. Aureliano Chaves que, bionicamente, foi Governador daquele Estado; que, bionicamente, aproveitando as benesses do PDS eleger-se Vice-Presidente da República e hoje apoia Tancredo Neves.

Vemos o Sr. Francelino Pereira que até um mês atrás usufruía do mais alto cargo do Estado de Minas

Gerais, do PDS, sendo Presidente da Usiminas, hoje aderindo também a Tancredo Neves.

Vamos à Bahia onde temos o Sr. Antônio Carlos Guimarães, o "toninho malvadeza", homem que conseguiu fazer símbolo na campanha do PMDB.

Quem não se recorda anos atrás quando o PMDB mostrava posters e fotografias da polícia de Antonio Carlos Magalhães; dos cachorros de Antonio Carlos Magalhães agredindo o Presidente do PMDB na época Ulisses Guimarães.

E assim podemos ir por este Brasil afora enumerando que são os adeptos de Tancredo Neves.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jorge Maia, no instante que agradeço o seu aparte, quero dizer a Vossa Excelência que filosoficamente o político que não tem dignidade, que não é leal, não é coerente, está fadado ao fracasso mais cedo, mais tarde.

Assim são todos os políticos que saíram do PDS em busca de um refúgio na candidatura de Tancredo Neves.

Entendo e tenho certeza que Vossa Excelência, também, que não fosse Paulo Maluf, a sucessão presidencial estaria sendo discutida nos quartéis. A ele Paulo Maluf queremos creditar toda essa valorização de classe política, porque se isso não acontecesse nós não teríamos o direito de falar. Muito menos do PMDB de indicar 6 membros ao Colégio Eleitoral para ir no dia 15 e votar no seu candidato Tancredo Neves.

E lamentavelmente, o grande artífice na candidatura Tancredo Neves, grande responsável, maior cabo eleitoral é, sem sombra de dúvida, o senhor João Baptista Figueiredo.

Tancredo Neves não é nenhum político de categoria que possase ufanar de ser o melhor para conseguir a eleição dia 15 de janeiro, como talvez ele consiga. Ele tem uma fraca personalidade, senão vejamos: Há uma semana atrás ele dizia que queria o referendun, e houve uma grande reação, Deputado Jorge Maia, no seu próprio partido. As mais expressivas figuras do seu partido condenaram e ele recuou.

Ele dizia que não era verdade que ele queria o referendun, ele apenas estava ensaiando, estava admitindo que seria uma hipótese para ser discutida, mas que se não fosse aceita ela estava prejudicada.

Quem faz isso é um homem que não tem personalidade. E é lamentável que o Brasil não tenha amanhã um Presidente da estirpe de Paulo Maluf. Um homem corajoso, um homem bravo, um homem com tenacidade, com capacidade para fazer desse Brasil uma grande República, um grande País. O Brasil vai arrepender-se mais tarde, Deputado Jorge Maia, de ter optado pelos seus Deputados e Senadores, a candidatura de Tancredo Neves.

Os fariseus do PDS, esses são os responsáveis pelo débacle que aconteceu na candidatura Paulo Maluf, hoje talvez inviável. Esses traidores, esses que sem personalidade nenhuma bandearam-se para o lado de lá porque não tinham vez no Governo Paulo Maluf se ele fosse o vencedor, e procuraram um refúgio. Os que procuram hoje esse refúgio na candidatura Tancredo Neves, são homens que não têm a mínima personalidade, menor pudor, a mínima vergonha.

Esses, mais cedo ou mais tarde, serão rejeitados pela população, pelo eleitorado do Paraná, principalmente

os políticos do nosso Estado, do Estado do Paraná.

Admito, Deputado Jorge Maia, que a candidatura de Paulo Maluf, hoje é inviável. Eu admito. Lamento fazer essa confissão. Mas se eu fosse um membro do Colégio Eleitoral, Paulo Maluf, se tivesse um voto, esse voto seria meu, porque eu sou coerente, eu sou fiel. Eu morro, Deputado Jorge Maia, mas não consigo trair as minhas origens, como alguns pensam que eu traio. Jamais trai.

Se saí do M.D.B., foi porque o partido dissolveu-se, porque o partido desapareceu; extinguiu-se o M.D.B. e eu tive a faculdade de escolher um novo partido e escolhi o PDS. Poderia ter escolhido o PMDB que foi o sucedâneo do M.D.B., mas eu sou coerente.

Tenho no litoral 16 mil votos que são meus, votos pessoais de Nelson Buffara, conseguidos à custa de 30 anos de vida pública, de coerência, de honestidade, de sinceridade. Não vão ser esses políticos sem gabarito que vão pensar que me subornam ou me roubam esses 16 mil votos pessoais que eu tenho em Paranaguá e no litoral. Esses votos eu darei a quem quiser, são votos pessoais, Deputado e esses votos eu darei àqueles que são coerentes, aqueles que são leais, que são sinceros, que são políticos que têm decência. Porque esses votos eu jamais darei para aqueles que pensam que fazem média à minha custa.

Portanto, eu sou leal, fui, sou e continuarei sendo leal a Paulo Maluf. Não traio as minhas origens. E lamento, encerrando o meu aparte, que o grande prejudicado nessa sucessão presidencial seja o Brasil. Perde com Tancredo Neves o Brasil, e ganharia com Paulo Maluf.

Muito obrigado., Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e tenho a impressão, nobre Deputado, que desnecessário seria Vossa Excelência dizer que esse número de votos são pessoais de Vossa Excelência. Os 30 anos de vida pública que Vossa Excelência tem já demonstram o suficiente.

Continuando o raciocínio que fazíamos, comprovando que hoje na realidade o candidato da Oposição, neste País, chama-se Paulo Maluf e o candidato situacionista é Tancredo Neves, que nós paramos um pouco de mandar pelos Estados e citar nomes que há 20 anos estão no poder e hoje defendem a candidatura Tancredo Neves. E nós reduziremos apenas para terminar o nosso pronunciamento, na Capital Federal da República que é Brasília, por lá estivemos mais de 10 dias vendo interesses de nossos municípios. E o que nós pudemos constatar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que na realidade, de todos os Ministérios existentes neste País, apenas 2 Ministros apoiam a candidatura Paulo Maluf, que é o Ministro Ibraim Abi-Ackel e o Ministro Murilo Badaró, sendo que, na realidade todos os outros Ministérios já trabalham para Tancredo Neves.

Por isso, o PMDB não tem mais condição moral de falar que o Governo Federal nada tem feito por ele, porque todos os Ministérios estão favoráveis ao PMDB do Paraná; palavras estas comprovadas pelo pronunciamento do Governador José Richa, quando disse que tirou tudo que precisou para o Paraná.

Quanto à incoerência do Sr. Tancredo Neves, nós aqui também deixamos o nosso testemunho, porque enquanto ele diz em toda a imprensa nacional

que este País vive abaixo de armas, que este País vive abaixo do arbítrio, e que nunca teve encontro com o Ministério do Exército Walter Pires, nós sabemos da realidade...que já se encontraram, que já delinearam planos, já traçaram planos de Governo a partir do ano que vem.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência sabe que, pasme o Paraná, Deputado querido, nós que lutamos ao lado de Ney Braga, para decepção nossa, não choro porque homem não choro, Ney Braga será o anfitrião de Tancredo Neves; Ney Braga, o homem que nós lutamos em seu favor. Nós não queremos que ele tenha um fechamento político de sua carreira como traidor; um homem que vai receber Tancredo Neves. É a primeira traição ao povo do Paraná; é a primeira traição do homem que nós defendíamos na tribuna, Deputado Jorge Maia.

Onde está o sangue do rosto, dessa gente?

Onde está o sangue do rosto do povo da

Lapa?

Um homem que se dizia companheiro e amigo dos companheiros! Qual companheiro ele consultou? Agora, misturou-se o joio com o trigo!

Ney Braga recebeu Tancredo Neves, e, conseqüentemente, em sua casa, hão de ir os homens que o hostilizavam, e haveremos de ficar nós, na trincheira da democracia, Deputado Jorge Maia, a dizer ao povo do Paraná: não conheço outra traição maior que a do General Ney Braga, que podemos tachar de traidor, que nos largou na rua da amargura!

Mas, o povo há de ser juiz soberano. E quero que Vossa Excelência, receba os meus parabéns! Tudo podia, menos o Senhor Ney Braga receber Tancredo Neves.

Os cordeiros e os leões que atacavam Ney Braga, ninguém não tem coragem de falar isso. Mas, nós falamos. Porque Ney Braga nos traiu. Ney Braga, o maior traidor da história do Paraná, sem consultar seus companheiros; ele pulou como macaco, para outro galho. E nós haveremos de ficar na trincheira democrática do PDS, para mostrar ao povo que ele não está desamparado..

Como pode Ney Braga olhar para seus filhos?

Como pode Ney Braga olhar para seus companheiros?

E Vossa Excelência Deputado Jorge Amim

Maia, há de continuar nesta linha de conduta certa.

Como pode Ney Braga receber os homens que trairam, junto com ele, o povo humilde de nossa terra, o povo que votou nele, um milhão e seiscentos mil votos que votaram em Saul Raiz. Só se nós compramos, Deputado Jorge Amim Maia, uma caixa de óleo de peroba e passar nestas caras-de-pau.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna que tem um minuto para concluir sua oração.

O Sr. Ezequias Losso - Questão de Ordem (Assentimento).

A Liderança do PDS reserva dez minutos do seu horário para o nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa antes anuncia a visita do Cônsul de Israel, com sede em

São Paulo, Zvi Caspi, que visita neste instante este Poder. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Maia, por dez minutos.

OSR. JORGE MAIA - Agradeço à Liderança do meu Partido por me conceder mais dez minutos, agradecendo, também, o aparte do Gabriel Manoel.

Continuando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa peregrinação sobre a situação política deste País, para dizer que se Tancredo Neves for eleito Presidente da República, nada vai mudar, tudo vai ficar como dantes, tudo vai ficar sob interesse dos maiores que sempre regeram e coordenaram o País da maneira que quiseram. Nós temos assistido cenas de desprezo, onde toda comunicação social deste País, há seis meses atrás, fazia de um José Sarney o Governo da República democrática do País, faz hoje do Senhor José Sarney a redenção deste País.

É com pesar que assistimos nas emissoras de televisão reportagem de José Sarney Filho, dizendo que teríamos que acabar com o período das metralhadoras que perduram há vinte anos neste País, tendo seu pai como candidato a Vice-Presidente da República, que foi o homem que ajudou a empunhar as metralhadoras.

Como é difícil acreditar que Tancredo Neves é o candidato da Oposição, quando tem apoio público do Senhor Armando Falcão, do ex-Presidente Ernesto Geisel, o homem que tolheu as palavras dos políticos, o homem que tolheu a liberdade de imprensa neste País; o homem que cassou os direitos políticos dos homens mais ilustres da nossa terra. Como é difícil ter que engolir isso nesta hora. Como é difícil ouvir, ver e sentir o PMDB de hoje elogiar a Presidente Figueiredo. O PMDB atual dizer que o Senhor José Sarney é o homem da redenção do País; dizer que o Senhor Ernesto Geisel foi o Presidente da abertura deste País.

Eu não sei como encarar a vida pública neste momento, vendo tantas falsidades, ouvindo tantas mentiras postas para fora pela boca de homens que eu achava ilustres neste País.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Meu caro Deputado Jorge Maia, infelizmente há poucos dias atrás, tive que ir ao meu Estado natal, Alagoas, por chamamento de doença com meu progenitor. Fiquei entristecido ao ler alguns jornais do meu Estado; e entre as matérias políticas encontrei uma que decepçiona qualquer cidadão que vive neste País.

O Deputado Federal Alencar Furtado está peregrinando em sua campanha para a Presidência da Câmara Federal. Infelizmente, já recebeu um voto contra a sua ida como Presidente da Câmara Federal. O ex-Presidente, Ernesto Geisel, vetou o nome do Deputado Federal, Alencar Furtado, para Presidente da Câmara. Entristece-me, porque nós vivemos no Paraná, tanto eu como Alencar Furtado; Alencar Furtado foi um Deputado que sempre honrou o nome do Paraná, teve o seu mandato cassado por Ernesto Geisel e Armando Falcão, e agora que todos, infelizmente e felizmente, todos estão juntos, quase que no mesmo Partido, e Ernesto Geisel é um dos maiores cabos eleitorais de Tancredo

Neves, no País, já cassa um direito de Alencar Furtado de ser o Presidente da Câmara Federal, e de última hora já inventaram o nome de Ulisses Guimarães, para tirar a oportunidade do Paraná ter a Presidência da Câmara Federal.

Realmente, fico chateado porque é a primeira vez que o Paraná teve a oportunidade. É um rapaz capacitado, inteligente, honrado, Alencar Furtado, como disse uma vez da tribuna, por duas vezes já foi cassado, o seu mandato. Uma, como Deputado Federal, pelo A-1-5, e outra, pelo direito de ser o Senador, porque hoje não seria Álvaro Dias, e sim, Alencar Furtado, pelo outro A-1-5 branco, e agora a 3ª cassação, que eu tenho conhecimento, como candidato à Presidência da Câmara Federal. É a maior injustiça que eu estou assistindo, mas isto é um retrato fiel do futuro Governo de Tancredo Neves em nosso País, infelizmente, Deputado.

O SR. JORGE AMIN FILHO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e isto confirma, na realidade, o que eu venho dizendo. E lembrando aqui uma frase do Deputado Gabriel Manoel, "que o PMDB está sendo confeiteiro do bolo - irá fazê-lo, mas não irá comê-lo", porque na realidade o País ficará nas mãos daqueles que há 20 anos vêm comandando, aqueles que há vinte anos vêm impondo ao País, o arbítrio, e eu lamento pela Oposição, esta Oposição que, neste momento, eu lhe dou os méritos, que há 20 anos vêm persistindo em derrubar isto tudo, e agora, no seu auge para conseguir que isto venha a acontecer, os mandões da República mais uma vez, vão puxar o tapete, e o PMDB, que há anos vem lutando para a democratização do País, mais uma vez vai continuar lutando por esta democratização.

Pela ordem, honestamente, eu não sei se é o Deputado Tadeu, ou o Deputado Furiatti. A qualquer um dos dois com toda a satisfação, com todo o prazer.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado: como diria o vosso companheiro, Francilino Pereira, quando observo o vosso discurso, até fico imaginando que se ele estivesse aqui, o vosso companheiro Francilino Pereira, diria: "Que País é este"?

Mas, gostaria de lhe fazer uma pergunta, Vossa Excelência é a favor das eleições diretas, para Presidente da República?

O SR. JORGE AMIN FILHO - Nobre Deputado Furiatti, os Anais desta Casa registram o que se fala. Quando da campanha de eleições diretas neste País, esta pergunta que Vossa Excelência está fazendo, não sei se no sentido de debate, ou não sei se no sentido de deboche, eu respondo pelo que está escrito nos Anais desta Casa.

Fui candidato a Vereador na minha cidade, por eleição direta, fui o mais votado; fui candidato a Deputado Estadual em eleições diretas, fui o mais votado, na minha cidade, pelo meu Partido.

Portanto, nobre Deputado, nunca eu teria condições de ser contra as eleições diretas porque graças a elas, eu estou hoje nesta tribuna tendo o prazer e a satisfação de debater com Vossa Excelência e com o aparte que eu dou ao nobre Deputado Tadeu.

O Sr. Tadeu França - Deputado Jorge Maia, apenas para cumprimentá-lo pela veemência com que profere esse brilhante discurso, no qual reconhece o arbítrio do Governo do Planalto nesses 20 anos contra os interesses da população brasileira e a sua preocupação em termos de continuidade de muitas aqueles que foram os autores deste regime autoritário.

Parabéns, portanto, nobre Deputado Jorge Maia e aproveito a oportunidade para cumprimentar o Deputado Tércio Albuquerque. Na realidade, nós do PMDB, com todo o respeito que temos pelo Presidente Ulisses Guimarães, que para nós é o símbolo da resistência, nós gostaríamos de ver o Deputado Alencar Furtado cassado injustamente, covardemente pelo regime autoritário implantado neste País, pudesse vir a ser a voz do Paraná, o orgulho para todos nós, vindo a ser o Presidente da Câmara dos Deputados. Isso não viria de forma alguma ser a outra dimensão, mas também até a perda de um filho na militância política, e que muito bem haveria de muito bem representar o Paraná como Presidente da Câmara dos Deputados.

Parabéns, Deputado e muito obrigado pelo aparte.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Agradeço a Vossa

Excelência e quero que fique bem claro, que minha posição hoje é a posição que eu assumi desde o primeiro dia em que assumi nesta Casa, porque sabe o nobre Deputado Tadeu que pertencemos a mesma geração nova de políticos, que somos do Partido porque optamos e que por condições não pudemos mudar.

Vou terminar o meu pronunciamento, por encerrar-se o meu tempo. Apenas deixar mais uma vez gravado da tribuna desta Casa, que entrei PDS, e continuo adepto à candidatura Paulo Maluf e continuarei PDS a não ser que esse Partido venha a ser extinto, e dizer mais o seguinte, não como um brado, mas como um alerta que o jogo sucessório não terminou e que nós iremos até o final porque a palavra "renúncia", o nosso candidato, o nosso Líder já nos disse que não existe no nosso dicionário.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do horário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Usará do restante do horário, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós os malufistas autênticos, os malufistas que não perdem a esperança, os malufistas que não fazem pacto com traidores, os malufistas que não obtêm a oportunidade de voltar atrás, como muitos membros, companheiros e amigos nossos da Bancada do PMDB, da grande bancada que graças ao Presidente Figueiredo, graças ao Delfim Netto, graças ao Banco de Crédito Cooperativo hoje aqui estão. A bancada que nos fez defender Ney Braga, desta tribuna,

é esta mesma bancada que há de ir à sua casa para receber o velhinho "gagá", teleguiado pelo Vice-Presidente da República. A bancada de juventude, a bancada que não irá ter coragem de enfrentar os seus eleitores, quando diziam que Ernesto Geisel, o ditador prussiano, estava com os seus facções a cassar Alencar Furtado e a outros homens de ideais. Quando diziam, quando defendiam contra a arbitrariedade, contra o tacão das botas dos ditadores e nós humildemente escutávamos a verdade. Hoje, como dizia Juscelino Kubitschek, são farinha do mesmo saco, água da mesma fonte. Mas o povo que foi traído pelas eleições diretas, o povo que foi traído pelas "Fafás de Beléns", o povo que foi traído pela mística deste mesmo PMDB que está lutando a favor do incompatível: quando não se mistura azeite com água.

Os homens do PMDB que falavam de José Sarney, que falavam de Delfim Netto, que falavam do ex-Ministro da Agricultura, com o perdão da palavra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa e povo do meu Paraná, estão como cachorro, sem querer dizer isto quando escutam foguete numa festa: estão com o rabinho no meio das pernas. Porque não vêm falar mal de Ney Braga, agora? Porque que não vêm falar a verdade sobre Ernesto Geisel? Porque que não vêm falar a verdade sobre o boneco Figueiredo? Por que não falam dos Generais, por que não falam da traição ao povo? Onde está o povo bancado no PMDB? Onde está o povo? O povo está na residência suntuosa dos homens que vocês atacavam.

La dizendo mais um provérbio: "Morrendo e aprendendo". Todos estão com a face, talvez, corada, por falta de resposta. Respondam-me, Bancada inteira do PMDB, como pode o seu candidato ir à Casa de Ney Braga, os homens que Vossas Excelências queriam processar. Onde está a coerência partidária? Onde estão os dois milhões e poucos mil votos de José Richa?

Estão, Senhor Presidente, com aquela criança que fora presa pela Polícia arbitrária deste Governo. Nós somos malufistas, não negamos, somos do PDS e dessa aliança espúria, talvez, há de vir a arrependimento. Porque a traição não sei quem é que está fazendo.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Apenas para complementar o meu raciocínio. Vossa Excelência Deputado Caíto Quintana, nem pode me dar aparte. Vossa Excelência não tem argumentos. O aparte de Vossa Excelência há de dar, no dia 6, para Tancredo Neves e Ney Braga em sua residência. Porque Vossa Excelência vai ser um dos homenageados junto com seu futuro Presidente da República. Que Deus o abençoe, mas que nunca assuma a tribuna para voltar atrás.

Os homens que cassaram um grande homem como Alencar Furtado, Vossas Excelências estão o cassando, novamente. É o jogo de interesse da política. Deputado Caíto Quintana, eu não posso dar aparte, porque eu lhe prezo muito. Como Vossa Excelência vai entrar na casa do nosso Ex-Governador, que Vossa Excelência atacava em palanque, em praça pública, eu sei que Vossa Excelência é um homem que tem vergonha, é um homem que enfrenta os

seus eleitores. Mas, como pode Vossa Excelência, neste momento, por um jogo de interesse pedir um aparte para defender uma aliança espúria?

Haveremos de voltar a esta Assembléia, pelo PDS, o nosso partido, que jamais traiu os nossos companheiros.

Se Vossas Excelências, acolhem os traidores, se Vossas Excelências falam, Deputado Caíto Quintana, devem falar no horário de sua liderança, e a bajular os José Sarneys, a bajular os Valter Pires, a bajular os Delfim Nettos, a bajular o Ministro da Agricultura, que roubou quatro trilhões de cruzeiros, que estão tudo no mesmo saco. Quero defesa de Vossa Excelência. E haveremos, mesmo que sejamos os últimos dos moicanos, a ficar aqui e dizer a verdade.

Porque Vossas Excelências hoje não têm força moral, não têm força moral Deputado para defender a aliança José Sarney, Ney Braga e Aureliano Chaves e Tancredo Neves.

Vossa Excelência está de parabéns, porque não é só ganhar. É participar como nós estamos participando, Deputado. Vossa Excelência defenda os homens que nos levaram à execração pública, defenda, Deputado, e faça voltar atrás, dê um chute e um esgarro nos seus eleitores.

Defenda, se for possível, se Vossa Excelência tiver a hombridade de defender esta aliança espúria, esta aliança que Vossas Excelências ontem botaram à execração pública com toda a razão e com toda a verdade.

Mas meu pai dizia, para conhecer os homens temos que comer um saco de sal juntos. E os traidores do PMDB haverão de ver que isto é verdade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Está com a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É incrível o estágio em que chegou o PDS no Brasil, e especialmente o PDS do Paraná. O PDS no Estado do Paraná é um moribundo, aguardando massagens cardíacas e respiração boca a boca para tentar voltar à tona.

E pela manifestação de seus Deputados, de alguns dos seus ilustres Deputados, a gente chega realmente à conclusão de que se esfacelou definitivamente o outrora poderoso PDS.

O pronunciamento do ilustre Deputado Jorge Maia Filho fala de Paulo Maluf, o candidato da democracia. E incrível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Paulo Maluf o candidato da democracia. Ou seria o candidato do povão, o candidato da Nação, o candidato da conciliação, o candidato do Brasil, quando o certo seria dizer que Paulo Maluf é pelo menos o Adolpho Hitler da era moderna, ou senão o Al Capone, sei lá.

É incrível o posicionamento oposicionista do ilustre Deputado Jorge Maia Filho a quem tenho

o mais profundo respeito e admiração.

Falou de corrupção neste Governo, no Governo do PDS; falou em arbítrio, falou em retrocesso, falou em Ato Institucional n.º 5, cassações de mandatos, traições, falou em Delfim Neto e criticou-o duramente.

Como demorou o PDS para dizer que o PMDB estava com a razão. Pois tudo isto que os eminentes Deputados do PDS estão dizendo, o PMDB já vem dizendo há vinte anos e continuo a dizer que são efetivamente maus brasileiros, todos esses citados aí.

São maus brasileiros, sim Senhor, perseguiram o povo, massacraram o povo brasileiro, pisaram na Nação, entregaram a Nação brasileira para o exterior, cuspiram no rosto da Nação brasileira. São maus brasileiros e continuamos a dizer que são maus brasileiros.

O Sr. Jorge Maia Filho - Se vai haver o tal do encontro de Ney Braga com o candidato à Presidência da República do meu partido, continuo com a minha mesma posição a respeito de Ney Braga e a respeito de seus seguidores. Para mim são os mesmos de sempre.

Agora, o que querem os ilustres homens do PDS, que o futuro Presidente da República do nosso Partido, Tancredo Neves, despreze os votos que ele vai receber? Ora, "voto e mulher bonita não de despreza nunca" E tenho visto, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, constantes elogios ao Governador Jayme Canet Júnior. Mas elogios demais da conta. Abre-se o jornal quase diariamente e há um pedessista elogiando Jayme Canet. Elogio que endossamos, é um grande paranaense. Foi um dos maiores governadores da História do Paraná, indiscutivelmente. Há de prestar relevantes serviços ao Paraná e ao Brasil, indiscutivelmente. Há de ser Ministro de Estado, se Deus quiser. Endosso todos os elogios feitos ultimamente pelos eminentes homens do PDS. Mas fico a imaginar, por que estes elogios agora? Estariam os eminentes pedessistas buscando um salvador da Pátria? Buscando alguém para salvar o PDS? Para tirar o PDS da lama? Onde estavam, pergunto eu, estes amigos de Jayme Canet quando este deixou o Governo, quando este deixou a ARENA e não quis entrar no PDS e saiu pelo Estado do Paraná, de cidade em cidade, de vila em vila, de carreador em carreador, de fazenda em fazenda, formando um novo partido no Estado do Paraná? Onde estavam estes amigos de Jayme Canet? Muitos dos verdadeiros amigos de Jayme Canet, e ele há de reconhecer isto, o acompanharam. Foram com Jayme Canet para o partido que ele fundou no Estado do Paraná, o Partido Popular. Foram com orgulho, com firmeza, de peito erguido. E o acompanharam, com orgulho,...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - ... de peito erguido, quando Jayme Canet, para o bem do Estado do Paraná, a exemplo de Tancredo Neves, os grandes líderes do PP, reunidos com os líderes do PMDB de então, resolveram fazer a fusão PP - PMDB; justamente a fusão que faz, no atual período, o esmagamento do PDS.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Deputado Gabriel Manoel, deste rol que eu me refiro, retiro Vossa Excelência, porquanto Vossa Excelência foi o único político deste Estado que me lembro que desde o primeiro dia da tribuna, ou em apartes, sempre defendeu o ex-Governador Jayme Canet.

O Sr. Gabriel Manoel - Obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um parte? (Assentimento).

O Sr. Jorge Maia Filho - Muito obrigado pela atenção, Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Com o aparte o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Acho que é uma ordem de preferência de aparte e eu agradeço que tenha o nobre Deputado que está na tribuna cumprido esta ordem de preferência. Eu só, Deputado, porque me foi negado pelo PDS o aparte quando o Deputado está na tribuna, e acusava violentamente uma série de nomes que hoje estão na Frente Liberal, como se eles fossem do PMDB. Queria devolver a pergunta, em que partido estes homens, estão filiados? Nem um deles do PMDB. Todos continuam, ou quase todos continuam filiados ao PDS. Por isto é um problema que deve ser tratado por eles. É um problema de domínio interno do partido. É coisa deles. São homens deles. Não tem nada a ver com o PMDB, até porque logo após estarão formando outro partido e não estarão filiados com o nosso partido, que tem uma vanguarda de vinte anos em favor da liberdade e da democracia.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas não para corrigir, talvez para esclarecer um pouco o pronunciamento de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência, se referiu ao meu pronunciamento, dizendo que ditador hitleriano seria Paulo Maluf e que só agora eu estaria dando razão ao PMDB por falar em arbítrio e corrupção.

Eu quero que Vossa Excelência entenda por partes.

Desde que estou nesta Assembléia, nunca defendi o arbítrio, nunca defendi a corrupção. Acho que ditador hitleriano é justamente quem está acompanhando Tancredo Neves, que é Ernesto Geisel, Armando Falcão.

E que eu não disse, e eu não disse, nobre Deputado, que o partido do Vossa Excelência está com a razão. Eu quis deixar entender: o seguinte, que Vossas Excelências, inclusive elogiei o trabalho da Oposição nos 20 anos e que, infelizmente, hoje está entrando como inocente útil neste processo para Presidente da República onde irão eleger Tancredo Neves e o mando ficará com a Frente Liberal.

E quanto à visita do candidato do seu partido ao ex-Governador Ney Braga, quero dizer a Vossa Excelência, e Vossa Excelência há de convir comigo

que o Senhor Tancredo Neves não se diz candidato do PMDB, mas sim candidato da Frente Liberal.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Evidentemente, nobre Deputado, continuo concordando com Vossa Excelência que todos esses homens citados e não citados participaram de corrupção, de desmando, bateram no povo, cuspiram na Nação brasileira. Nós, do PMDB, continuamos com este mesmo pensamento.

Agora, para o fecho desse pronunciamento, eu repito, a nossa posição, a posição do PMDB e a posição do futuro Presidente da República. Voto e mulher bonita não se desprezam nunca.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Acir Mezzadri, por cinco minutos.

O SR. ACIR MEZZADRI - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Recentemente, no dia 18 de outubro deste ano, requeremos regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 276/84, que corresponde à Mensagem Governamental n.º 211/84, dispondo sobre o enquadramento no Quadro Próprio do Magistério, mediante opção, dos professores pertencentes ao quadro único de pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal.

Este Projeto de Lei vem atender reivindicação de professores, encaminhada por meio da Associação dos Professores do Paraná - APP, entidade representativa de uma classe profissional de decisiva participação tanto na alternância na hegemonia política em nosso Estado, assim como no avanço da consciência política do povo paranaense.

Evidência do caráter e conteúdo justo deste Projeto são, entre outros aspectos, os pareceres favoráveis, por ele recebidos, em novembro deste ano, das Comissões de Constituição e Justiça, de Recursos Humanos e de Educação.

O requerimento de regime de urgência para este Projeto de Lei é o nosso reconhecimento, antes de tudo, de que se trata de uma medida de justiça social a favor da abnegada classe dos professores, especialmente, destes contemplados pelo Projeto, pois ele modifica o artigo 2.º da Lei Complementar n.º 13/81 - um dispositivo legal, no entanto injusto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A incoerência da Lei que o Projeto n.º 276/84 corrigirá, coloca para nós - representantes da vontade popular - algumas questões importantes para o exercício dos nossos mandatos.

Como já dissemos, o artigo 2.º da Lei Complementar n.º 13/81 deixa evidente que nem tudo que é legal é necessariamente justo. Deste modo, cabe a nós legisladores escolhidos pelo voto popular, zelar para que a justiça social e a legalidade estejam esteja sempre unidas, e zelar para que a injustiça nunca amparada pela Lei. Somente assim cumprimos de fato uma parcela daquilo que se espera de detentores de mandatos parlamentares: que promovam a justiça e refreiem a injustiça.

Sabemos que esta é apenas uma das tantas contribuições necessárias para se enfrentar situações injustas. Por si só este projeto não será suficiente

para alterar o quadro social brasileiro, tão agravado pelos que tomaram o poder em 64 e o exerceram autoritariamente, fase da vida política brasileira que felizmente se aproxima do seu fim.

Espera-se do legislativo e dos legisladores que tenham permanente sensibilidade em relação aos anseios e aspirações populares e suas manifestações. No caso deste projeto, por mais que se reconheçam as suas qualidades e por mais que se mencione a dedicação dos professores, notadamente, destes aos quais o projeto de lei ora faz justiça, nunca se reconhecerá cabalmente todos os méritos do seu trabalho e todo o seu esforço dedicado ao bem comum.

Concluindo, queremos manifestar a nossa esperança e o nosso desejo de que a aprovação deste projeto transformando-o em Lei, possa renovar o ânimo de quem tanto o merece".

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno por dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Parece-nos, definitivamente, que os dispositivos legais previstos na nossa Carta Magna, no que concerne à autonomia estadual, estão derogados ou esquecidos, pelo menos na prática. Já por diversas ocasiões, desta mesma tribuna, tivemos a oportunidade de denunciar ingerências do Poder Central sobre o nosso Estado, interferências que, na maioria das vezes, se traduziram em prejuízo ou representaram um desrespeito à população paranaense.

Poderiam alegar coincidência. Porém, quando as coincidências começam a ser muitas, deixam de o ser; como diz o ditado popular "quando o milagre é muito, o santo desconfia". A competência estadual, amplamente prevista no art. 13 da Constituição Federal, inclui no § 1º que aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados na Constituição.

Ora, no que diz respeito à fiscalização de produtos tóxicos, não há nenhum dispositivo constitucional que dê à União competência exclusiva para fiscalizá-los em sua comercialização e uso, no que se depreende que este assunto é competência residual de cada Estado.

O Governo Federal tem tratado diversos problemas que afligem a sociedade brasileira, no mínimo com levandade, haja vista declarações aos órgãos de imprensa prestados por detentores das mais altas pastas deste país. Mas a saúde da população e sua proteção, não menosprezando, evidentemente, os demais setores, é um assunto sério, que exige reflexão, atitudes pensadas. A questão dos agrotóxicos é um assunto da mais alta atualidade e gravidade, como atestam as estatísticas, apontando centenas de casos de intoxicação e envenenamentos generalizados, diariamente, em todo o Brasil, sem que uma medida mais efetiva tenha sido tomada ao momento pelo Governo do Planalto.

No meio de toda esta indiferença por parte das autoridades com relação ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas, o Estado do Paraná teve o mérito de ser a primeira unidade da Federação

a possuir uma legislação específica sobre fiscalização e uso controlado de agrotóxicos devidamente regulamentado, nos termos da Resolução nº 65 de 24 de outubro. Do início do ano até ao momento, morreram no Paraná 26 pessoas, e registraram-se mais de 1000 intoxicação pelo uso pouco cauteloso de defensivos, tornando-se imprescindível um diploma legal que coibisse os abusos no manejo daqueles projetos.

A Secretaria de Estado de Agricultura, de acordo com a nova legislação estadual sobre o assunto convocou todas as indústrias produtoras de agrotóxicos, que comercializam os produtos no Estado, a se cadastrarem junto à Coordenadoria de Defesa Sanitária Vegetal, sob pena de serem autuadas com pesadas multas.

Para que se tenha uma pequena noção da condição em que estas indústrias atuavam, basta dizer que muitas delas não responderam à convocação para cadastramento, pois este exige os dados toxicológicos, agrônômicos e ambientais dos produtos fabricados, sendo que elas não possuem tais dados, e seus representantes estão receosos que os produtos tenham sua utilização proibida no Estado.

Além disto, e de acordo com a nova Lei dos Agrotóxicos, os dados apurados nas 200 empresas que comercializam defensivos, deverão ser transcritos no Diário Oficial, o que fará com que se torne notório o grau de toxicidade dos produtos, colocando a população de sobreaviso com relação aos mesmos. O que nos deixa extremamente gratificados é a atuação decisiva da Secretaria de Estado da Agricultura, que vem através do exato cumprimento do disposto na Lei Estadual de Agrotóxicos, da qual tivemos parcela iniciativa, ressaltando a saúde de todos quantos, direta ou indiretamente, estão em contato com aqueles produtos.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo que me traz hoje à tribuna não é especificamente para ressaltar a nossa Lei de Agrotóxicos, mas com o objetivo de me reportar ao intempestivo Projeto de Lei Federal de Agrotóxicos, que entre vários deméritos, vem imbuído de um espírito de que, a nível estadual e versando sobre o assunto, tudo o que for regulado antes, é inconstitucional, sob a absurda alegação de que a autorização para funcionamento de empresas, autorização para produção, registro de produtos e autorização de uso de produtos é "ato privativo do órgão federal competente", colidindo frontalmente, como já aludimos anteriormente, com o princípio de autonomia dos Estados. O Anteprojeto, esse sim, ao limitar ou mesmo impedir a ação legislativa do Estado, onde não consta tal limitação de ação, é que está sendo inconstitucional.

Além do mais, o Governo Federal até ao momento tinha deixado, como se diz na gíria popular "o barco correr", passando os Estados, em decorrência das faculdades constitucionais expressamente previstas no art. 13 § 1º, a dispor sobre o uso dos produtos tóxicos agrícolas. Além disso, de acordo com o art. 8º, parágrafo único, da Carta Magna, aos Estados podem legislar supletivamente sobre produção, consumo e saúde, o que se adapta perfeitamente aos princípios impostos pelas novas Leis Estaduais de Agrotóxicos.

A verdade é que estão em jogo pesados interesses multinacionais, que há muitos anos vem

fazendo do Brasil um imenso laboratório, aqui comercializando os mais variados produtos que os seus países de origem estão com o uso proibido.

Foi de bom alvitre, e em boa hora que o Presidente Figueiredo retirou do plenário do Congresso Nacional mediante a justificativa de reexame de matéria, o seu projeto que dispunha sobre controle e a fiscalização de produtos fitossanitários (agrotóxicos). Talvez as autoridades federais, num gesto sem precedentes, tenham compreendido o espírito arbitrário de que se imbuía aquele projeto, que simplesmente tinha a pretensão de derogar o texto constitucional, ou então, caíram na realidade de reavaliar os dispositivos legais que o compõem com o objetivo de respeitar as determinações constitucionais.

A Agricultura nacional não pode continuar arcando com o ônus de ver o que concerne à produção, uso, formulação, comercialização e transporte de defensivos agrícolas relegado a plano secundário, e ao sabor de interesses alheios”.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus por oito minutos.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas. (Lê):

“Não sabemos o certo, se o computador, se a cor e a luz como motivação mercantil, se as cousas da moderna informática, nascem dos comerciantes, dos sociólogos, dos cientistas ou dos tecnocratas... ou quiçá, de outrem...”

O que sabemos, entretanto, é que o rumo das coisas, o timoneiro do barco universal, a visão e muitas das soluções de problemas, ao final finalíssimo, acusa a presença de um político na amplidão do termo, porque, não raro, as cousas materiais curvam-se às do espírito. Político não é nem será somente aquele tido como “bom de voto”. Não, Senhores, é algo mais. Ele reúne mais virtudes, ainda que escondidas nas malhas da humildade e da simplicidade.

Não é de hoje a silenciosa luta pela predominância — escala de valores, entre os tecnocratas e os políticos. Dizem os primeiros, que o realismo dos números, o respeito puro e simples pelo resultado cru e frio da máquina de calcular, a imagem produzida pela reflexão do saldo negativo ou positivo, no passado, no presente e no futuro, determinam o bem estar da pessoa humana, e constituem o alicerce a para a solução dos problemas da humanidade. Já os segundos, os políticos, sem contestar o resultado dos números, vêem um pouco além, prescutam e buscam os valores invisíveis do coração humano, e na impossibilidade de computadorizar a sua tristeza ou sua alegria, defendem com unhas e dentes princípios não matemáticos. Se um orçamento público é um documento contábil de números que se somam e se diminuem, deve ele refletir, antes de qualquer coisa, as grandes e pequenas exigências que constituem o bem-estar da coletividade. E aí o tecnocrata, deve ceder lugar ao Político. Não raro, na observação da conduta de homens públicos nota-se a conjunção do binômio: político e técnico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As Casas Legislativas são, indiscutivelmente, universidades onde se avaliam causa e efeito, onde se pratica e se aprende a técnica dos técnicos e a arte

da política. É o produto da conjunção a que antes nos referimos.

As considerações iniciais que fizemos, são o intróito de verdade e fatos que pretendemos registrar.

Desejo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tecer alguns rápidos comentários sobre o BANCO DEL PARANÁ S/A, no vizinho Paraguai.

A minha posição com respeito ao Governo daquele País, é notória e sobejamente conhecida. Aceito a autodeterminação dos povos, mas jamais serei surdo e mudo, frente ao clamor da verdade e da justiça.

Não faz muito tempo, desta mesma tribuna, demonstrava preocupações com respeito ao Banco Del Paraná S/A. instituição financeira cuja maioria acionária pertence ao nosso Estado, ao nosso povo. Dizia então da necessidade de que se perseguissem os objetivos que justificaram sua instalação, entre os quais, o de atender, de servir de aporte e apoio, de auxiliar o desenvolvimento conjuntural de nossa vizinha nação, para onde se deslocaram enorme contingente de irmãos brasileiros.

Como empresa, a instituição passou por horas difíceis, esteve na verdade entre a vida e a morte, e as possibilidades de sobrevivência eram quase nulas. Encontrava-se na verdade, no centro de terapia intensiva, e pensava-se em vender, transferir, livrar-se dela, como diz o dito popular.

Em março do corrente ano, o nosso Governo, altera o quadro diretor. Introduce em sua Diretoria, um técnico conhecedor da arte política. Refiro-me ao ex-Deputado Federal Dr. Lyrio Bertoli. Juntamente com a equipe do BANESTADO e sob a orientação desta, planeja-se o trabalho de recuperação. Na área internacional, para citar números, com a participação e orientação direta do Diretor da carteira de câmbio do BANESTADO, Dr. Diógenes, a instituição acusou uma diminuição em seu passivo internacional, de mais de um milhão de dólares. Na área interna, consegue-se superar o vermelho no prejuízo operacional, transformando-o em verde lucrativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucas semanas, juntamente com o Deputado Spada e outras autoridades, tive a alegria de assistir a inauguração de mais uma agência do Banco Del Paraná. Não pretendo nesta hora, entrar em considerações de como ou porque tantos irmãos nossos se dirigirem àquele País. Não posso, entretanto, deixar de dizer, que aparentemente observei esperança no coração daquela nossa gente. E não tenho dúvidas, que parte dela, parte desta esperança é um crédito que se deve registrar em favor da diretoria do Banco del Paraná S/A.

Assisti e ouvi de público, em alto e bom som, as palavras do Diretor daquele órgão financeiro, refletindo as lições e a orientação superior que recebe, insuflando na mente do povo, o respeito às leis do país que escolherem, enaltecendo a grandiosidade do termo boa-vizinhança e colocando a instituição financeira que dirige, no rol daqueles organismos capazes de contribuir na solução dos problemas da América Latina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segundo divulga a imprensa e os números refletem, o Banco del Paraná ainda possui pesada herança que deve absorver, entretanto, sua trajetória reflete uma tendência de franca recuperação. É mais um trabalho que o nosso partido cumpre com o povo paranaense.

Esta Casa do Povo, acompanha atenta as atividades do Poder Executivo. Acompanha e fiscaliza, particularmente a ação do Banco del Paraná S/A, para cujo dever convoco desde já, todos os meus ilustres Pares.

Parabéns à Diretoria, particularmente ao Presidente do Conglomerado BANESTADO, Dr. José Carlos Campos Hidalgo e ao Dr. Lyrio Bertoli, componentes da equipe de governo, que apesar da amizade e da confiança, sabem da responsabilidade de sua ação e de seus atos, conhecem o chefe, Governador José Richa, cuja marca registrada do seu governo, será entre outras, a de ter impregnado na consciência do homem paranaense de que o homem público, em qualquer dos Poderes, deve, antes de qualquer outra coisa, ser honesto e competente".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spnreger Passos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os projetos de Lei n.ºs 281, 308, 331, e 334 todos de 1984, constante da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 281/84, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que institui a data de 27 de Outubro, como o "DIA DO APOSENTADO DO PARANÁ". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Publicado no D.A. 110, de 24/10/84.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 281/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Acir Mezzadri que visa instituir a data de 27 de outubro, como o Dia do Aposentado do Paraná.

Como bem justifica o nobre autor, a medida proposta, visa render um tributo ao cidadão paranaense que dedicou toda sua vida em prol do desenvolvimento de nosso País.

Sob os aspectos legais e constitucionais, a que é chamada a opinar esta Comissão, a matéria em exame, não há impedimento legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

Razão pela qual, somos pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente:
NELSON BUFFARA — Relator.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 308/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que concede os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquitéto LUIZ

FORTE NETTO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar n.º 331/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação acrescentando a expressão "E ADICIONAIS" no corpo do Artigo 6.º da Lei Complementar n.º 21, de 26.10.84, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Publicado no D.A. 126, dia 26/11/84.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 331/84 EMENDA

Inclua-se onde couber:

"Art. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário".

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

Apoio: AUGUSTO CARNEIRO,
TADEU LÚCIO MACHADO,
HERMAS BRANDÃO,
IVAN GUBERT,
BASÍLIO ZANUSSO,
HOMERO OGUIDO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR COMPLEMENTAR N.º 331/84

PARECER:

I) — O Projeto de Lei em exame acrescenta a expressão "e adicionais" ao art. 6.º da Lei complementar n.º 21 de 26 de outubro de 1984, cuja matéria estabelece normas na aposentadoria dos servidores públicos estaduais.

II) — O presente plano de lei vem sanar um grave erro ocorrido na lei acima citada, quando, possivelmente por omissão, foi suprimida a expressão "e adicionais" no corpo do Art. 6.º.

III) — Conforme exame das peças que compõem o processo, verificamos que foi tirada do funcionário, uma vantagem consagrada no Estatuto em seu § 1.º do art. 172 e no § 1.º do art. 2.º da lei n.º 6794 de 08 de junho de 1976.

IV) — Assim sendo este projeto tem caráter de direito e justiça ao restabelecer essa vantagem consagrada desde 1970 pelos servidores da ativa e desde 1976 pelos inativos.

V) — O projeto é legal, constitucional, não havendo nenhum óbice que se possa antepor ao mesmo.

Somos pela APROVAÇÃO do projeto na forma da emenda apresentada em anexo.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 334/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 238/84), que altera os orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, nos valores de Cr\$ 976.900.000 (novecentos e setenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) e Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões

de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. Publicado no D.A. 129 de 29/11/84, Mensagem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 334/84

PARECER:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 238/84, pretende alterar os orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho nos valores de Cr\$ 900.000 (novecentos e setenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) e de Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros), respectivamente.

A matéria se inclui entre as que são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não apresentando, portanto, nenhum óbice, de natureza constitucional, legal ou regimental.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável opinando pela sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
GILBERTO CARVALHO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 334/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 238/84, tem por objetivo abrir Créditos Adicionais aos orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá no valor de Cr\$ 976.900.000 (novecentos e setenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, no valor de Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros), destinados a gastos com outros custeios e obras respectivamente.

Sobre a matéria, houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão, constatamos que servirá como recursos para cobertura de Créditos de que trata o artigo 1º desta Lei serão provenientes da própria entidade em conformidade com o disposto no § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando que o presente plano encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

DIRCEU MANFRINATO – Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei nº 51/84, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Publicado no D.A. 16 de 02/04/84.

Em votação. Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT – Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

18 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 51/84.

REDAÇÃO FINAL – Dos Projetos de Lei nºs 276, 232, 239, 242, e 250/84. e dos Projetos de Resolução nºs 143/84, 156/84 a 161/84 e 164/84 a 174/84 e 200/84.

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 308 e 222/84.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar nº 331/84 e dos Projetos de Lei nºs 281/84 e 334/84.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 312/84.

Levanta-se a sessão.